

## Narrativas de vida sobre a pessoa surda: memórias e vivências

Jéssica Miranda do Nascimento<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a inclusão e a diversidade no universo das pessoas surdas, reconhecendo suas capacidades, direitos e oportunidades. A surdez, entendida como uma deficiência auditiva que pode ser congênita ou adquirida, não define a pessoa em sua totalidade; pelo contrário, evidencia sua singularidade e potencial de interação e comunicação. Pessoas surdas utilizam diversos recursos para expressar-se plenamente, como a leitura labial, a língua de sinais e a escrita, quebrando barreiras que muitas vezes são impostas pela sociedade.

A pesquisa, realizada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2023, explora duas narrativas de vida que revelam as memórias e vivências de pessoas surdas em Belém do Pará. Essas histórias, compartilhadas nas disciplinas de Libras e Educação Inclusiva, evidenciam relações dialógicas significativas, que contribuem para uma maior compreensão e respeito à diversidade de modos de ser e comunicar. Assim, o estudo tem como objetivos desmistificar crenças e preconceitos em relação às pessoas surdas, compreender e aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras), promover a visibilidade dos sujeitos surdos e fomentar debates e reflexões sobre a educação de surdos.

A metodologia utilizada baseia-se em autonarrativas ou autobiografias, o que proporciona uma visão pessoal e profunda da realidade vivida pelos surdos, tornando possível compreender o impacto da inclusão em seu cotidiano. Os resultados apontam para a importância de uma educação verdadeiramente inclusiva, que capacite profissionais em Libras e utilize tecnologias assistivas que promovam a autonomia e a plena participação social das pessoas surdas. Assim, essa pesquisa reafirma que a surdez não limita as pessoas, sendo essencial garantir o respeito e a inclusão efetiva desses indivíduos em nossa sociedade.

Como enfatiza Mota:

“A inclusão não se dá apenas com um professor, mas como uma prática da escola como um todo; a escola deve estar preparada para que a inclusão aconteça de fato e não apenas de nome. Inclusão só no papel não irá formar nada e nem ninguém. É claro que o professor tem uma contribuição de muito mais peso, mas se a inclusão não ocorrer de forma coletiva, então ela não aconteceu” (MOTA, p. 4).

Essas reflexões reforçam a necessidade de ações coletivas no ambiente educacional, onde a inclusão seja uma prática real e integradora.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura plena em pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, [Jessica.nascimento@iced.ufpa.br](mailto:Jessica.nascimento@iced.ufpa.br) ;

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Os relatos de experiência que compõem este trabalho foram construídos a partir de vivências pessoais, tanto na convivência com a minha avó materna, que possui deficiência auditiva, quanto durante a trajetória na graduação em pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Os materiais abordados incluem textos acadêmicos que tratam sobre a inclusão de pessoas surdas, a relevância da Língua de Sinais e a compreensão da surdez. Aqui está o referencial teórico organizado conforme as normas acadêmicas, com as referências e conteúdos ajustados para melhor estrutura e clareza.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

O presente estudo se embasa em uma perspectiva teórica que abrange diferentes abordagens sobre a inclusão, relações familiares e deficiência. Os autores discutidos a seguir contribuem para uma compreensão mais aprofundada desses temas.

Ackerman (1986), em seu livro *Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares*, aborda a importância das relações familiares saudáveis para o desenvolvimento emocional e psicológico dos indivíduos. Sua obra oferece uma base teórica para entender como as dinâmicas familiares influenciam a inclusão social, destacando a relevância das interações familiares para o bem-estar e a integração de pessoas com deficiência.

Barbosa, em seu estudo *Mitos Relacionados à Surdez*, discute como os mitos e preconceitos impactam a inclusão das pessoas surdas, contribuindo para a desmistificação de visões equivocadas que dificultam a inclusão social. A pesquisa promove uma visão mais inclusiva, apontando a necessidade de eliminar barreiras atitudinais para a plena integração.

Mota (2014), em sua pesquisa *Inclusão: o Sujeito Surdo na Sociedade Brasileira*, apresenta uma análise sobre os desafios enfrentados pelas pessoas surdas no Brasil. A autora destaca a importância da acessibilidade comunicativa como um elemento essencial para uma inclusão efetiva, argumentando que a comunicação é um direito fundamental para a participação plena na sociedade.

Sassaki (2002), no artigo *Terminologia sobre Deficiência na Era da Inclusão*, discute a importância do uso correto da linguagem como meio de promoção da inclusão. O autor defende que a terminologia precisa ser precisa e respeitosa para evitar a

estigmatização, ressaltando que a linguagem utilizada reflete diretamente na forma como a sociedade percebe e acolhe as pessoas com deficiência.

A combinação das obras de Ackerman, Barbosa, Mota e Sasaki oferece uma base sólida para entender a complexidade das relações familiares, da inclusão e da deficiência. Os autores ressaltam a importância de abordar e desconstruir os mitos, promover a acessibilidade comunicativa e utilizar uma linguagem inclusiva, reforçando a criação de uma sociedade mais acolhedora e equitativa.

## **RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA GRADUANDA DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

Este trabalho é estruturado com base em dois relatos: o primeiro descreve uma experiência vivida ao longo da vida com a avó materna, e o segundo aborda uma vivência em uma disciplina do curso de Pedagogia, que proporcionou o embasamento teórico necessário para melhor compreensão da condição auditiva da avó.

O relato se inicia desde o nascimento, já que a convivência próxima com a avó materna, que possui uma deficiência auditiva, influenciou diversas práticas familiares. Desde a infância, a avó era responsável pelos cuidados dos netos — meus primos e eu — enquanto nossas mães trabalhavam. Em uma família composta majoritariamente por mulheres trabalhadoras, a avó desempenhava um papel fundamental, pois passávamos mais tempo com ela do que com nossos pais. A avó, que ouvia muito mal, exigia que nos comunicássemos de forma clara e direta, muitas vezes falando em voz alta para que ela pudesse compreender. Esse contato frequente com sua condição auditiva parece ter influenciado o desenvolvimento de uma voz mais potente e de uma maneira de falar elevada, necessária para manter a comunicação.

Atualmente, a avó utiliza aparelho auditivo, o que permite que escute melhor; porém, mesmo com o aparelho, há momentos em que ela enfrenta dificuldades. Por meio dos estudos na faculdade, especialmente nas disciplinas voltadas à inclusão e na disciplina de Libras, foi possível adquirir uma compreensão mais profunda sobre a deficiência auditiva. Nessas disciplinas, aprendi sobre a nomenclatura adequada para se referir a essa condição, como o termo “surdo,” em oposição a expressões como “surdo-mudo” — que é incorreta — ou “deficiente auditivo,” que, apesar de estar parcialmente correto, não pode ser aplicado a todas as pessoas surdas indiscriminadamente.

Sasaki (2002) explora essa diversidade de terminologias e explica que as preferências variam de acordo com o grau da audição afetada. Tecnicamente, a

"deficiência auditiva" é uma categoria maior, que inclui graus de perda auditiva variando de leve (25 a 40 dB) até a anacusia. Os níveis intermediários incluem a surdez moderada (41 a 55 dB), acentuada (56 a 70 dB), severa (71 a 90 dB), e profunda (acima de 91 dB). Portanto, oficialmente, "deficiência auditiva" e "surdez" significam a mesma coisa, conforme descrito no inciso II do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24/10/1989. No plano pessoal, a decisão de usar o termo "pessoa com deficiência auditiva" ou "pessoa surda" cabe a cada indivíduo. Pessoas com surdez leve, moderada ou acentuada tendem a se identificar como tendo uma deficiência auditiva, enquanto aquelas com surdez severa, profunda ou anacusia preferem ser consideradas surdas.

Esses conhecimentos me despertaram maior interesse e curiosidade em observar a condição auditiva da minha avó. Notei que ela nem sempre utilizava o aparelho auditivo e, ao perguntar a respeito, descobri que o uso prolongado causava desconforto. Em aulas da disciplina de Libras, foi discutido que o aparelho auditivo nem sempre é eficaz e, em alguns casos, pode prejudicar o usuário. Para minha surpresa, minha avó relatou que o aparelho funcionava bem em um lado, mas no outro gerava dores e chiados incômodos. Com o conhecimento adquirido, pude explicar a ela que o uso contínuo nem sempre é recomendado e que, caso o desconforto persistisse, ela poderia considerar a opção de não usá-lo. Como observa Barbosa:

há muitas crenças que permeiam a vida do surdo relacionadas ao uso do aparelho auditivo. Deve-se, primeiro, esclarecer que aparelhos auditivos são dispositivos eletrônicos que podem ser utilizados na região interna ou externa da orelha. Esses aparelhos tem a função de ampliar os sons deixando-os mais altos, permitindo as pessoas com perda auditiva uma compreensão melhor dos sons. Portanto, a pessoa com perda auditiva profunda ou severa escutará apenas ruídos e não a fala humana utilizando a língua oral como pensam. (BARBOSA, p.41)

Durante a formação acadêmica, foi possível esclarecer à família sobre a terminologia adequada para se referir às pessoas surdas. O uso incorreto de "surdo-mudo" foi discutido, e a explicação de que o correto é "surdo" foi bem recebida. A partir dos estudos, foi possível esclarecer que "surdo-mudo" é uma terminologia inadequada, uma vez que as pessoas surdas possuem o aparelho fonador, mas não desenvolvem a fala por falta de estímulo auditivo. Esse conhecimento tem sido de grande valor para compreender melhor a deficiência auditiva da avó, o que contribuiu para uma comunicação mais respeitosa e inclusiva na família.

Outro relato significativo surgiu na disciplina de Educação Inclusiva, onde o grupo realizou um trabalho sobre o filme *Seu Nome é Jonas*. O filme aborda a história de Jonas, diagnosticado erroneamente com retardo mental, até que mais tarde se descobre que ele é surdo. A trama revela os desafios enfrentados pela família de Jonas para entender e apoiar sua condição, agravados pelo preconceito social. O pai, incapaz de lidar com a situação, abandona a família, enquanto a mãe persevera em buscar uma forma de inclusão social para o filho. A aproximação de uma família de surdos revela à mãe de Jonas a importância da Língua de Sinais para a comunicação, levando o garoto a aprender a língua e, assim, finalmente conseguir se comunicar com sua família.

Ackerman (1986) descreve o processo de diagnóstico para a causa da surdez, ressaltando que é essencial aprofundar o estudo do histórico do paciente e realizar exames específicos, como a audiometria, e que, em alguns casos, é necessário realizar uma ressonância magnética para descartar outras condições, como tumores. Assim, Ackerman evidencia a importância de um diagnóstico preciso, evitando situações como a de Jonas, onde um diagnóstico errôneo comprometeu a comunicação e a qualidade de vida do personagem.

O seminário sobre o filme proporcionou discussões sobre temas essenciais, como o capacitismo. Apesar de a história se passar na década de 1970, a questão da desvalorização das capacidades das pessoas surdas ainda é uma realidade em contextos contemporâneos, principalmente entre famílias de baixa renda que, por falta de acesso a informações, desconhecem a terminologia correta, como foi mencionado em um relato de uma colega de turma. A experiência foi enriquecedora, especialmente devido à disciplina de Libras, que transformou a compreensão dos estudantes sobre inclusão, sendo um divisor de águas na vida acadêmica e pessoal dos envolvidos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O primeiro relato aborda a convivência com a avó, que possui deficiência auditiva. Desde a infância, foi necessário adotar uma forma diferenciada de comunicação, utilizando leitura labial e um volume de voz elevado. Com o aprofundamento na formação acadêmica, foi possível compreender melhor a condição auditiva dela, desmistificando termos incorretos, como “surdo-mudo,” e aprendendo que a nomenclatura adequada é “surda.” Com base nos estudos de Sasaki (2002) e Barbosa, foi possível esclarecer

nuances sobre a deficiência auditiva e o uso do aparelho auditivo, contribuindo para uma compreensão mais respeitosa e inclusiva.

O segundo relato destaca a experiência na disciplina de Educação Inclusiva, na qual foi discutido o filme *Seu Nome é Jonas*, que retrata a trajetória de um menino surdo e os desafios enfrentados por sua família para lidar com a condição. O trabalho gerou reflexões sobre temas como capacitismo e a persistente falta de informações sobre a surdez, enfatizando como essas questões ainda são recorrentes, apesar das transformações sociais e culturais atuais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa reforça a importância de compreender que a surdez é uma característica que integra a diversidade humana e não deve ser vista como uma limitação. As pessoas surdas são plenamente capazes de se comunicar e viver uma vida significativa e autônoma por meio de diferentes formas de comunicação, como a Língua de Sinais, leitura labial e escrita. A convivência e as experiências relatadas com familiares e na formação acadêmica evidenciam o quanto o respeito pela identidade e pela terminologia correta pode transformar a forma como a sociedade encara a surdez, promovendo uma visão inclusiva e respeitosa.

A inclusão vai além da mera presença física; ela requer o desenvolvimento de estruturas educacionais e sociais que ofereçam o suporte necessário para garantir igualdade de oportunidades e valorização de cada pessoa. Para tanto, é essencial contar com profissionais capacitados em educação inclusiva, intérpretes de Língua de Sinais, e recursos de tecnologias assistivas que permitam a comunicação, a autonomia e a participação ativa das pessoas surdas em diversos contextos. Profissionais da educação, familiares e colegas desempenham papéis fundamentais nesse processo, especialmente ao compreender que a inclusão é um esforço coletivo e contínuo, envolvendo toda a comunidade escolar e social.

O debate sobre a inclusão da pessoa surda contribui para uma sociedade mais justa e democrática, onde todas as pessoas podem exercer seu direito de pertencimento e participação plena. A promoção de políticas educacionais inclusivas e de sensibilização pública é essencial para que a sociedade evolua no respeito e na valorização das diferenças. Assim, construir uma sociedade inclusiva significa não apenas oferecer oportunidades, mas assegurar que todos tenham acesso a elas de forma equitativa, respeitando as especificidades de cada indivíduo e fortalecendo o potencial humano em

sua diversidade. Enfim, reconhecer e acolher a pluralidade de modos de ser e se comunicar é um passo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente acessível e inclusiva para todos.

**Palavras-chave:** Surdez, Inclusão, Língua de Sinais, Diversidade, Educação Inclusiva.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me sustentado até aqui, agradeço ao empenho do professor Huber, a qual nos proporcionou uma gama de conhecimento e momentos prazerosos em suas aulas da disciplina de libras, agradeço o apoio de minha mãe e esposo e filhos, agradeço aos meus amigos por me ajudarem em algum momento neste artigo, pois, a cada artigo vencido, saio mais da caverna de Platão, e segundo ele me aproximo mais do sol, do bem, ou seja, do conhecimento, onde esse ninguém me tira mais.

### **REFERÊNCIAS**

ACKERMAN, N. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

BARBOSA, Monica de Gois Silva. **Mitos relacionados à surdez**. p. 38-44

MOTA, Paola Rodrigues. **Inclusão: o sujeito surdo na sociedade brasileira**. in: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO, 2014**, Campina Grande. Realize, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: **Revista Nacional de Reabilitação, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, pp. 6-9**.